

Arinos envia ao Planalto nomes para comissão constitucional

Da Sucursal do Rio

O jurista Afonso Arinos de Mello Franco, 79, enviou ontem ao presidente José Sarney, através de seu filho, Francisco Mello Franco, uma lista com cerca de quarenta indicações, entre assessores, consultores e membros, para composição da comissão que elaborará um anteprojeto da Constituição, a ser discutido pela Assembléia Nacional Constituinte. Arinos não quis informar os nomes que compõem a lista, já que a decisão final cabe ao Presidente, mas adiantou que ela inclui juristas, mulheres, um representante da Associação Brasileira de Imprensa e figuras ligadas à ala progressista e moderada da Igreja e aos sindicatos.

Arinos fez este anúncio após receber, em sua residência no Rio, o ministro do Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente, Flávio Peixoto, 39. O ministro foi sugerir ao jurista que sejam incluídos no anteprojeto dispositivos expressos sobre preservação do meio ambiente e o problema urbano. Arinos lembrou, em entrevista, que as constituições elaboradas após a Segunda Guerra prevêem estas duas ordens de problemas, mas

que o Brasil, devido à sua extensão territorial e suas particularidades, deve encontrar uma fórmula diferente para tratar destes assuntos. "Não podemos imitar outros países", disse. Peixoto prometeu enviar estudos e sugestões à comissão.

Durante a entrevista, Afonso Arinos defendeu-se das críticas de que a comissão substituiria a participação popular no processo de debate da Constituinte, lembrando que todas as constituições são, de início, elaboradas por pequenas comissões. "A comissão não fará o projeto, mas o anteprojeto. O projeto será feito pela grande comissão constitucional, que é a Assembléia Nacional Constituinte", declarou, ponderando que a participação popular será garantida "através das eleições para a Constituinte." Considerou normal a representação classista na Assembléia, mas condenou o abuso do poder econômico por parte de empresários e multinacionais, opinando que devem ser adotados mecanismos legais para coibi-lo e instrumentos para que a Justiça Eleitoral possa agir nestes casos. "Mas este é um problema da Câmara", afirmou.